

# DIALÉTICA E PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL

Celestino Alves da Silva Junior – Unesp/Marília

Atribui-se frequentemente à metodologia científica o caráter de lógica da investigação. Os que assim procedem pretendem assinalar a necessidade de que toda a investigação seja conduzida por uma organização teórico-conceitual que a precede e que constitui o critério de validade dos procedimentos a serem utilizados. Por essa lógica implícita e intrínseca serão selecionados os instrumentos de coleta de dados, os critérios de análise dos dados coletados, construídas as interpretações e sínteses parciais e chegar-se-á aos resultados e suas implicações. Nesse sentido a metodologia responde pela própria cientificidade da investigação, o que significa dizer que científico é aquilo que é logicamente admissível e explicável.

Vista nos termos acima, a metodologia é entendida como parte da lógica. Enquanto esta diz respeito às formas gerais do pensamento, a metodologia diz respeito às formas particulares. No caso da metodologia científica trata-se de uma forma de pensamento particularmente valorizada, hegemônica na sociedade moderna e curiosamente ideologizada no mundo acadêmico. Digo curiosamente porque a valorização da metodologia científica no meio acadêmico decorre de sua antinomia com as formas ditas ideológicas do pensamento, consideradas a sua negação. Pela oposição à ideologia, a ciência torna-se também uma ideologia, o que não parece lógico, mas faz sentido...

O que estou pretendendo destacar inicialmente é o fato de que por qualquer caminho em que nos movimentemos sempre estaremos sob o império da lógica. O que se pode discutir é a perspectiva da existência de uma lógica totalmente abstrata e universal, ou, ao contrário, a existência de lógicas alternativas e complementares, de variados graus de abrangência, segundo sua maior ou menor proximidade e dependência dos elementos da realidade concreta. Para Marx, como se sabe, prevalecia a segunda possibilidade. É dele a distinção entre lógica da investigação e lógica da exposição, indispensável à discussão proposta neste trabalho.

Em uma conhecida passagem do pós-fácio à segunda edição de *O Capital*, Marx assinala que o início da investigação e o início da exposição são coisas diferentes. Enquanto o primeiro é casual e arbitrário, o segundo é necessário. A necessidade decorre da concepção de ciência a que Marx se filia e que, na verdade, se inicia com ele próprio, a concepção de ciência dialética. Segundo tal concepção, a ciência só se legitima se for eficaz para a resolução dos problemas humanos. É também muitíssimo conhecida sua última das Teses sobre Feuerbach: “Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo à sua maneira, mas trata-se de o transformar.” A ciência não é simples compreensão, muito menos, contemplação. Ela implica ação. Daí decorre a importância da exposição ou da explicitação adequada do conhecimento produzido. É preciso apresentá-lo de modo a viabilizar seu entendimento e sua aplicação. Ou seja, de modo a favorecer a emergência de uma nova técnica.

Kosik (1976) analisa a distinção proposta assinalando que “aquilo de onde a ciência inicia a própria exposição já é resultado de uma investigação e de uma apropriação crítico-científica da matéria” (Kosik, 1976, p.31). O método (ou lógica) da investigação, segundo Kosik, compreende três graus, aqui apresentados sinteticamente: minuciosa apropriação da matéria; análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material e investigação da coerência interna, ou seja, da unidade das várias formas de desenvolvimento. Acrescenta o autor que “sem o domínio de tal método de investigação, qualquer dialética não passa de especulação vazia” (Kosik, *idem*). Ressaltadas as exigências da lógica da investigação, Kosik vai deter-se na lógica da exposição porque só ela justifica realmente os esforços da ciência.

O método da explicitação dialética funda-se sobre a concepção da realidade como totalidade concreta. Ignorá-lo conduz à construção e à apreensão de abstrações forçadas, inviabilizando a transformação necessária do abstrato em concreto. Kosik enfatiza pela negativa e sintetiza sua visão da dialética: “não é o método da redução: é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade; é o método do desenvolvimento e da explicitação dos

fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico”(Kosik, 1976, p.32).

Tomando como ponto de partida a atividade prática do homem, a dialética recusa a perspectiva absolutista de uma lógica formal, ainda que não despreze sua validade nem subestime sua necessidade. A pretensão de que a lógica pudesse desempenhar no plano do pensamento em geral a mesma função reservada à matemática no plano da quantidade – ditar regras definitivas e válidas para todo conhecimento possível – supõe a existência de formas a priori no pensamento, o que não é admitido pela ciência moderna, nem mesmo para a própria matemática. A esse respeito, diz Foulquié, em uma passagem exemplar: “como todos os nossos conhecimentos, a lógica provém da experiência. Formou-se passando pelos mesmos estágios que as matemáticas e a ciência experimental; as regras da lógica derivam das leis existenciais dos objetos comuns”(Foulquié, 1949, p.91).

Os objetos comuns, já o demonstrara Hegel, pautam-se pela contradição, o limite da lógica formal. Para que possam ser verdadeiramente explicados e compreendidos é necessário examiná-los à luz de seu movimento, ou seja, é necessária uma lógica que supere, incorporando e ultrapassando, os limites da lógica formal. Essa lógica é a lógica dialética, suporte da investigação e da explicação produzidas pela ciência dialética.

Remetendo-se a Hegel, Marx procura demonstrar os fundamentos diferenciados de sua própria posição, pressupostamente histórica e materialista e, como tal, em oposição ao idealismo hegeliano. Para ele, a dialética do pensamento é apenas um reflexo da dialética das coisas (Foulquié, 1949).

Os princípios da dialética marxista (ou do marxismo histórico-dialético) podem ser apresentados de diversas maneiras, mas, para os objetivos deste trabalho creio serem suficientes os registros que se seguem:

- a) As diversas partes do real organizam-se em um processo de interdependência ativa, relacionam-se e condicionam-se reciprocamente. O todo predomina universalmente sobre as partes e constitui a fonte de seus significados. A totalidade é, pois, a primeira grande categoria da dialética marxista;
- b) Tudo o que existe, existe em movimento, ou seja, refere-se a um devir. O mundo não pode ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos e de relações.
- c) O movimento e o devir não implicam apenas continuidade, mas também ruptura. O incremento da quantidade de um processo pode determinar a emergência de um novo processo. É a passagem da quantidade à qualidade, fundamental para o assunto discutido neste texto. A física, a química e a psicologia oferecem exemplos clássicos dessas passagens: a água se transforma em vapor quando sua temperatura atinge 100 graus, ou em gelo, quando desce a 0; o arsênico ingerido em pequenas doses age como remédio, em grande quantidade se transforma em veneno; uma brincadeira frequentemente repetida gera ódio...
- d) Por apresentarem sempre um lado positivo e um negativo, um passado e um futuro, elementos que se desenvolvem ou que desaparecem, etc, os objetos e fenômenos da natureza implicam contradições internas. A dialética, nas palavras de Lenin, é o estudo das contradições na própria essência das coisas. A seu tempo Heráclito já se declarava impressionado pelo espetáculo das coisas que se transformam: o frio em calor, a vida em morte... Trata-se da unidade e luta dos contrários, que provoca e assegura o movimento e relativiza a própria verdade. A verdade de hoje pode não ser a de amanhã... Aqui é necessário observar que nem sempre os autores marxistas se preocupam com o rigor da linguagem filosófica. Contraditório e contrário não são termos equivalentes, embora se aproximem. Valendo-nos dos exemplos de Foulquié, podemos dizer que há contradição se afirmamos, por um lado, que o fogo queima e, por outro, que ele não queima. Há contrariedade se afirmamos que o fogo queima e, ao mesmo

tempo, resfria. Finalmente, não há contradição nem contrariedade entre as afirmações de que o fogo queima e a neve não queima ou a neve resfria (Foulquié, 1949, p.41).

- e) Do caráter provisório da verdade resulta que se não há uma verdade imutável e definitiva, também não há uma antinomia que possa ser considerada irredutível. Na visão da dialética marxista o espírito procede por afirmação, negação e síntese da afirmação e da negação, ou seja, pela negação da negação. A síntese, como a verdade, é sempre provisória, pois é uma afirmação que suscita a negação que a contradiz, num processo que se desenvolve indefinidamente. Teorias científicas e doutrinas filosóficas nada mais são que momentos da história do pensamento na interminável tentativa de explicar o mundo.

As características da dialética marxista enquanto método de conhecimento potencializam a perspectiva de sua contribuição à superação de uma falsa antinomia entre pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa no campo educacional. Por ela, a própria possibilidade de uma pesquisa exclusivamente qualitativa não se colocaria, pois a qualidade só faz sentido quando relacionada à quantidade que a determina. A oposição tantas vezes reiterada entre pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa em educação sugere, infelizmente, uma certa fragilidade teórica por parte dos pesquisadores em relação à natureza mesma da produção do conhecimento científico. Esse aspecto tem sido analisado em alguns trabalhos de Sánchez-Gamboa, que destaca em um deles: “se pretendemos o aprimoramento da pesquisa, é preciso encarar a reflexão sobre os métodos e suas relações com as técnicas no contexto das epistemologias que os fundam”(Sánchez-Gamboa, 1997, p.67). Ressalvando e assumindo os riscos implícitos de sua sugestão, o autor apresenta na continuidade de sua discussão a proposta de um esquema paradigmático a ser observado por quem pretenda lançar-se à pesquisa educacional de maneira consistente e consequente. Tal esquema desdobra-se em quatro níveis diferentes de articulação, dos quais o último é o nível técnico-instrumental (processos de coleta e tratamento de dados) e o primeiro é o nível epistemológico (concepções de ciência), passando, na descendente, pelo nível teórico (núcleos conceituais básicos) e pelo nível metodológico (maneiras de abordar e tratar o objeto). Esse conjunto articulado de níveis deve basear-se em pressupostos gnoseológicos (maneiras de tratar o real) e ontológicos (visão de mundo).

A sugestão de Sánchez-Gamboa remete à análise de Frigotto, para quem a dialética marxista é sempre uma dialética materialista histórica, ou seja, funda-se nos princípios do materialismo histórico e do materialismo dialético (Frigotto, 1994). Trata-se de um método que é antecedido por uma postura e complementado por uma práxis.

Kosik nos ajuda na compreensão de todas essas referências quando afirma: “toda teoria do conhecimento se apoia, implícita ou explicitamente, sobre uma determinada teoria da realidade e pressupõe uma determinada concepção da realidade mesma”(Kosik, 1976, p.27).

Se aceitarmos as postulações aqui referenciadas o debate sobre as virtualidades da pesquisa quantitativa e da pesquisa qualitativa em educação processar-se-á em termos mais concretos (no sentido kosikiano) e, acredito, mais eficazes. A dialética materialista histórica (conforme a denominação de Frigotto) apresenta-se como uma efetiva possibilidade de construção de conhecimento necessário. Superando as limitações da lógica formal, supera também as limitações de visões de mundo hoje prevalecentes, que condicionam na origem a definição de temas e problemas de investigação. Uma problemática, assinala Rui Canário, supõe uma abordagem relacional do real, ou seja, supõe “proceder à sua interrogação sistemática a partir de um corpo articulado de teorias e conceitos”(Canário, 1996, p.127). A “dialética do concreto”, tal como Kosik a denomina e sintetiza, é o grande exemplo da síntese que pode ser operada pelos pesquisadores interessados na construção de verdades consistentes, ainda que provisórias.

Presidida pela visão de processo, a síntese histórico-dialética supera a separação sujeito-objeto situando os dois elementos fundamentais da relação cognitiva nas condições materiais históricas mediadoras dessa relação. Assim, o sujeito estabelece uma relação dinâmica com um objeto construído com base em um instrumental teórico-metodológico que permeia a relação, ao

mesmo tempo em que a construção do objeto afeta também e enriquece o sujeito da relação. Essa “totalidade concreta” define a ciência como um produto social histórico.

Observando a inter-relação das categorias quantidade e qualidade, as técnicas historiográficas ocupam lugar destacado na produção científica de orientação dialética, permitindo captar o movimento dos fenômenos estudados. A utilização frequente de dados e resultados expressos numericamente não se dá isoladamente de sua contextualização e interpretação à luz da dinâmica social mais ampla. A análise se torna qualitativa na medida da inserção dos dados na dinâmica da evolução do fenômeno e da inserção deste em um todo maior compreensivo (Sánchez-Gamboa, 1997).

Analisando 502 dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo entre 1971 e 1984, Sánchez-Gamboa classificou 9,5% desse total como produções caracterizadas por uma abordagem crítico-dialética. Assinalou ainda que no final desse período (1981-1984) registrava-se uma tendência ao incremento dessa produção, em detrimento de outras abordagens até então prevalentes, o que, efetivamente viria a ocorrer. Os anos 80 registrariam um acentuado aumento da produção teórica acadêmica de postulação crítico-dialética. O mesmo Sánchez-Gamboa, no entanto, em trabalhos mais recentes e outros analistas, como Frigotto e Sanfelice, por exemplo, iriam colocar em questão o caráter verdadeiramente dialético de muitos dos trabalhos assim apresentados.

Para Sánchez-Gamboa(1997), a proliferação de “ismos” e “vieses” (tecnicismos, sistemismos, etc.) se deve à desconsideração da articulação necessária entre os diferentes momentos e elementos do processo de produção do conhecimento científico. A necessidade dessa articulação leva à predominância também necessária do debate epistemológico sobre o debate de todas as outras instâncias envolvidas no processo, uma vez que é da epistemologia considerada que deverão resultar as decisões sobre as demais etapas do trabalho de investigação a ser desenvolvido. Sánchez-Gamboa não o diz explicitamente, mas a inferência é inevitável: muitos autores “dialéticos” precisariam entender melhor a própria dialética antes de tentar “aplicá-la” aos seus estudos.

Frigotto(1994) é mais ácido em suas observações. Referindo-se especificamente à produção que se pretende dialética, afirma ele que “a dialética, para ser materialista e histórica, não pode se constituir numa “doutrina” ou numa espécie de suma teológica. Não se pode constituir numa camisa de força fundada sobre categorias gerais não-historicizadas”(Frigotto, 1994, p.73). O autor vai além ao afirmar categoricamente: “o não entendimento do método ligado à concepção de realidade e o não inventário rigoroso desta concepção não só definem claramente o horizonte positivista que separa o sujeito do objeto, a consciência da realidade, como nos indicam que muitos trabalhos de investigação que se definem como críticos e dialéticos seguem, na prática, os parâmetros positivistas”(Frigotto, 1994, p.78).

Não obstante o rigor e a procedência da crítica que sobre ela incidiu, a produção teórica brasileira de extração marxista no campo educacional, que se desdobra desde o início dos anos 80 até o início dos anos 90, para refluir a partir daí, alcançou um limiar significativo e balizou, de alguma maneira, os padrões e critérios da produção acadêmica na área no período considerado. O próprio Frigotto constitui um exemplo sugestivo do vigor e do significado dessa produção. Antes de nos determos, porém, em um pequeno comentário sobre essa produção e suas implicações, creio ser relevante registrar, ainda que sumariamente, a presença entre nós de alguns autores e algumas obras da literatura internacional que, por assim dizer, direcionaram a produção brasileira no período. Refiro-me, em especial a Foulquié, Snyders, Lèfebvre, Gramsci e Kosik.

Dos citados, apenas Foulquié(1949) não se apresenta como marxista. Sua contribuição “de fora” é, no entanto, relevante pelo acento didático de seu pequeno e precioso livro *La Dialéctique*, editado originalmente pela Presses Universitaires de France e divulgado entre nós por meio de uma tradução portuguesa da Publicações Europa-América, de Lisboa. Foulquié procede a uma competente e elucidativa revisão histórica do conceito de dialética, analisando seus significados desde os pre-socráticos, até fixar-se na dialética moderna de Hegel e Marx. Com isso, fornece um precioso referencial para o entendimento preciso da singularidade do empreendimento teórico de Marx e seguidores.

Francês como Foulquié e por ele citado, Lefebvre, em *Lógica Formal e Lógica Dialética* realiza obra de caráter semelhante, ressalvadas, é claro, as diferenças de filiação teórica e política. A filiação política de Lefebvre, aliás, é a responsável pelo abortamento do projeto maior a que *Lógica Formal e Lógica Dialética* se integraria como momento didático de abertura. O assunto é tratado pelo autor no prefácio à 2ª edição francesa, traduzida para o Brasil pela Civilização Brasileira em 1983. Lefebvre assinala que uma nova edição vinte anos após os percalços da primeira se justificava porque “o livro desejava transmitir, ou seja, ensinar o pensamento dialético, segundo uma ordem didática e teórica”(Lefebvre, 1983, p.2). E isso se fez, ainda que por sua própria complexidade os temas tratados por ele representassem desafios árduos à compreensão do leitor medianamente informado.

Snyders, Gramsci e Kosik representaram contribuições de outra ordem, mesmo que se considere também o suporte de esclarecimento conceitual oferecido por este último em sua *Dialética do Concreto*. Constituíram-se os três em referências quase obrigatórias para a literatura que se produziu no Brasil no período aqui considerado, pela força dos temas e dos problemas por eles examinados nas obras que os distinguiram e pelo vigor dos conceitos que essas obras introduziram em nosso debate, pautando quase obrigatoriamente as reflexões que inspiraram. *Escola, Classe e Luta de Classes e Para onde vão as Pedagogias Não-Diretivas?*, de Snyders; *Concepção Dialética da História, Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, e Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, de Gramsci; além do citado *Dialética do Concreto*, de Kosik, constituíram por um tempo significativo o grande arcabouço teórico-explicativo no qual a emergente (e, devemos reconhecer, às vezes, indigente...) literatura educacional brasileira de extração dialética marxista buscou se sustentar. Não é o caso de e nem seria possível realizar aqui a exegese dessa literatura, mas é necessário, em respeito à justiça e à exatidão dos fatos, ressaltar o mais abrangente, consistente e instigante projeto nela desenvolvido: a obra de Dermeval Saviani.

A Pedagogia Histórico-Crítica, denominação privilegiada por Saviani para designar seu grande projeto teórico-político dominou de maneira quase incontestada o debate acadêmico-institucional nos anos 80 e até meados dos anos 90. A expressividade e a intensidade desse domínio foram devidas, sem dúvida, à extraordinária consistência interna da obra e à também extraordinária disposição física do autor para divulgá-la e debatê-la. Discípulo fiel de Marx e adepto entusiasta de Gramsci, cujo pensamento popularizou no meio educacional, Saviani distinguiu-se por suas qualidades pessoais de precisão, consistência e clareza de linguagem, refletidas na inumerável quantidade de textos dos mais diferentes formatos e propósitos por ele produzidos nas mais diferentes circunstâncias. Trata-se, como ele reconhece, de um autor militante, coerente com seus valores e sua visão de mundo.

O pressuposto fundamental do projeto pedagógico de Saviani aponta a educação, em geral, e a educação escolar, em particular, como práticas sociais produzidas no interior das relações de classe inerentes ao modo capitalista de produção. Como tal, e reconhecendo o antagonismo das forças em conflito, luta-se, conforme a visão de mundo assumida, para a reprodução das relações sociais até aqui dominantes, ou luta-se pela sua superação e pela constituição de novas relações sociais (Silva Jr., 2002). É possível que a relativa redução do impacto da obra de Saviani sobre a produção teórica dos dias atuais esteja ligada ao desencanto com a vida política e ao conformismo-hedonismo dos novos intelectuais, muito mais voltados ao brilho meramente pessoal ou à simples subsistência que ao compromisso acadêmico-político ou à coerência entre discurso e ação. É possível também que não apenas a obra de Saviani, mas toda a dialética materialista histórica tenha encontrado seu ocaso precoce no debate educacional brasileiro em razão do individualismo feroz que atravessa a universidade brasileira assim como atravessa o conjunto da sociedade brasileira. Por dolorosa e constrangedora que seja, é preciso considerar a hipótese de que possa não haver novos leitores para a obra desses autores, entre os quais me incluo.

No campo da organização do trabalho pedagógico trava-se há algum tempo, como é sabido, a luta entre dois critérios básicos: a lógica do mercado e a lógica do direito à educação. Aqui a antinomia é insuperável: assegurar um direito é muito diferente e, certamente, muito mais difícil que assegurar a venda de uma mercadoria. Autores e obras que conclamam ao trabalho coletivo, à construção histórica da humanidade e ao entendimento da objetividade

como a confluência de múltiplas subjetividades podem não conseguir mais se fazer entender ou podem não encontrar mais quem se proponha a entendê-los.

Em síntese – e ela não pode deixar de ser feita, já que falamos em dialética – é necessário que se pergunte se ainda haveria um lugar para o exercício do pensamento dialético no plano atual da universidade e da sociedade brasileiras. Será este nosso tempo ainda um tempo possível para os filósofos e cientistas que se dispõem a pensar dialeticamente, ou, como querem alguns, será a própria dialética uma idéia fora do tempo e fora de lugar?

#### Referências bibliográficas:

- FOULQUIÉ, P. A dialética. Lisboa, Publicações Europa-América, 1949.
- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In FAZENDA, I. (org.) Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo, Cortez, 1994.
- KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, H. Lógica formal e lógica dialética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- MARX, K. Posfácio à 2ª edição de O capital, in O capital. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- SÁNCHEZ-GAMBOA Tendências epistemológicas: dos tecnicismos e outros “ismos” aos paradigmas científicos. In SANTOS FILHO, J.C. e SÁNCHEZ-GAMBOA, S. Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. São Paulo, Cortez, 1997.
- SILVA JR., C.A. Dermeval Saviani e a educação brasileira. In GARCIA, W.E. Educadores brasileiros do século XX. Brasília, Plano Editora, 2002.